



Anexo
\$cenus

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

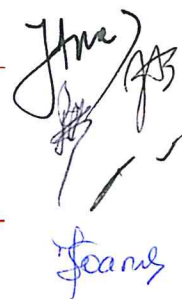
31 Dezembro de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
1.1	Denominação da entidade	4
1.2	Sede social	4
1.3	Natureza da atividade	4
1.4	Denominação e sede social da entidade-mãe imediata	4
1.5	Denominação e sede social da entidade-mãe final.....	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1	Referencial Contabilístico.....	4
2.2	Derrogações	5
2.3	Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis.....	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1	Principais políticas contabilísticas	5
3.1.1	Bases Gerais de Mensuração	5
3.1.1.1	Bases de Apresentação	5
3.1.1.2	Políticas de reconhecimento e Mensuração	7
3.1.2	Outras políticas contabilísticas.....	12
3.1.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	12
3.1.3	Principais fontes de incerteza das estimativas.....	13
3.2	Alterações nas políticas contabilísticas	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores	14
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	15
5	Ativos Intangíveis	16
6	Inventários.....	17
7	Rendimentos e Gastos.....	17
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
9	Benefícios dos empregados.....	19
10	Acontecimentos após data de Balanço	19
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
12	Outras Divulgações.....	20

12.1	Outras contas a receber	20
12.2	Diferimentos.....	21
12.3	Caixa e Depósitos Bancários.....	21
12.4	Fundos Patrimoniais.....	21
12.5	Fornecedores.....	22
12.6	Estado e Outros Entes Públicos.....	22
12.7	Outras Contas a Pagar	22
12.8	Subsídios, doações e legados à exploração.....	23
12.9	Fornecimentos e serviços externos.....	23
12.10	Outros rendimentos e ganhos.....	24
12.11	Outros gastos e perdas.....	24
12.12	Resultados Financeiros.....	24

Handwritten signature and initials
João



1 Identificação da Entidade

1.1 Denominação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

1.2 Sede social

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

1.3 Natureza da atividade

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final

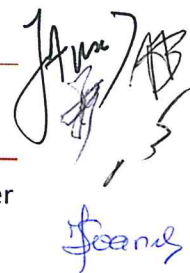
O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo



2.2 Derrogações

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior, com a ressalva da situação apresentada na nota 3.3 – Alteração nas estimativas contabilísticas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

3.1.1 Bases Gerais de Mensuração

3.1.1.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e


João

gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

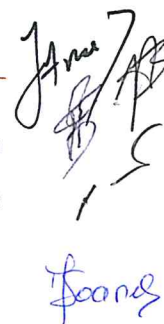
As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 25 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.



As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

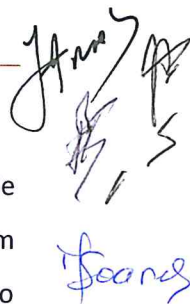
A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

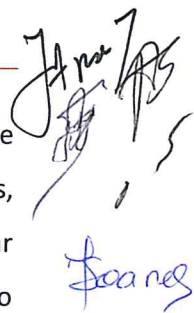
Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como



rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda de imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, serão tratados como subsídios não reembolsáveis.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Rédito

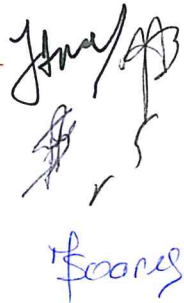
O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado e devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Nada a referir

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a



continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato,

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a referir

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Alterações nas estimativas contabilísticas

a) Natureza da alteração

Decorrente do alargamento de 20 para 30 anos do período de duração do direito de superfície do prédio urbano situado na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto – Estrutura ERPI, concedido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Mamede de Perafita, foi alterada a estimativa de vida útil do respetivo edifício de 15 para 25 anos, dado que o edifício só começou a ser utilizado e, consequentemente, depreciado no exercício de 2015. Esta alteração tece também impacto na imputação dos subsídios ao investimento associados à construção do mencionado edifício.


\$coresb) Quantia do ajustamento relacionado com o período corrente

A alteração da vida útil estimada referida teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras do período:

Descrição	Vida útil estimada	Vida útil revista	Impacto nas depreciações
Estrutura ERPI	15 anos	25 anos	62.423,10
Imputação subs. invest			49.147,54

Esta alteração também terá impacto nas demonstrações financeiras dos períodos seguintes.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Nada a referir



4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	3 028 984,34 €	64 446,76 €				3 093 431,10 €
Equipamento básico	372 783,82 €	3 844,74 €				376 628,56 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	154 822,35 €	2 325,04 €				157 147,39 €
Outros Ativos fixos tangíveis	23 446,82 €	17 236,02 €				40 682,84 €
Investimentos em Curso						
Total	3 642 093,97 €	87 852,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 729 946,53 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 024 944,89 €	147 765,16 €				1 172 710,05 €
Equipamento básico	257 745,96 €	31 491,28 €				289 237,24 €
Equipamento de transporte	52 934,94 €	4 560,84 €				57 495,78 €
Equipamento administrativo	114 261,65 €	9 701,50 €				123 963,15 €
Outros Ativos fixos tangíveis	22 441,16 €	4 921,08 €				27 362,24 €
Total	1 472 328,60 €	198 439,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 670 768,46 €

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	2 877 764,41 €	151 219,93 €				3 028 984,34 €
Equipamento básico	366 340,92 €	6 442,90 €				372 783,82 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	147 125,54 €	7 696,81 €				154 822,35 €
Outros Ativos fixos tangíveis	23 446,82 €					23 446,82 €
Investimentos em Curso	125 166,60 €			-125 166,60 €		
Total	3 601 900,93 €	165 359,64 €	0,00 €	-125 166,60 €	0,00 €	3 642 093,97 €
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	809 521,09 €	215 423,80 €				1 024 944,89 €
Equipamento básico	227 795,66 €	29 950,30 €				257 745,96 €
Equipamento de transporte	48 374,10 €	4 560,84 €				52 934,94 €
Equipamento administrativo	102 907,54 €	11 354,11 €				114 261,65 €
Outros Ativos fixos tangíveis	18 390,29 €	4 050,87 €				22 441,16 €
Total	1 206 988,68 €	265 339,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 472 328,60 €



Em 28/04/09, através de escritura pública, a Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Mamede de Perafita concedeu ao Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto um direito de superfície pelo período de 15 anos, sobre um prédio, sua propriedade.

Até ao exercício de 2018, as depreciações dos edifícios abrangidos por esse direito de superfície, foram calculadas e registadas com base na taxa determinada para o período de duração do mesmo.

Em 27/12/19, igualmente por escritura pública, foi aditado o período de duração do referido direito, de 15, para 25 anos.

Com base no alargamento do prazo, no exercício de 2019, foi revista a taxa de depreciação que vinha a ser utilizada para cálculo das respetivas depreciações, conforme referido na nota 3.3.

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €



6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:



Descrição	2019				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		12 508,86 €		12 508,86 €	
Total	0,00 €	12 508,86 €	0,00 €	12 508,86 €	0,00 €

Descrição	2018				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		13 507,49 €		13 507,49 €	
Total	0,00 €	13 507,49 €	0,00 €	13 507,49 €	0,00 €

7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 048 286,79 €	1 021 841,05 €
Juros	1 129,26 €	3 023,24 €
Total	1 049 416,05 €	1 024 864,29 €



8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
ISS, EP-Centro distrital	641 422,73 €	637 444,90 €
Outros subsídios	18 978,40 €	44 235,52 €
Total	660 401,13 €	681 680,42 €
Apoios do Governo		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	881 082,28 €	965 822,56 €
Câmara Municipal de Matosinhos	398 456,12 €	431 940,92 €
Donativos particulares	107 151,21 €	112 508,73 €
Para outros investimentos:		
Câmara Municipal de Matosinhos	195 989,22 €	174 121,59 €
Total	1 582 678,83 €	1 684 393,80 €

Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2019 e 2018 respeitam aos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social no âmbito da atividade social do CSPPAFP, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 12.9).

Apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Governo, estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil, com a colocação de um envidraçado para fecho dum espaço existente e com a aquisição de viaturas. Estes subsídios estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício de 2019 foi recebido um subsídio da Câmara Municipal de Matosinhos no montante de 36.000,00€. Este montante foi aplicado na construção de quartos de banho de apoio ao espaço envidraçado.

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 71 e em 31/12/2018 foi de 73.

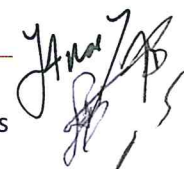
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	843 929,48 €	804 945,74 €
Indemnizações	3 699,25 €	1 517,65 €
Encargos sobre as Remunerações	188 782,42 €	180 109,91 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 378,73 €	10 797,80 €
Outros Gastos com o Pessoal	45 138,06 €	40 555,79 €
Total	1 098 927,94 €	1 037 926,89 €

O aumento verificado nesta rubrica resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2019, bem como da atualização das tabelas salariais.

10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.




Contudo, a Direção está a acompanhar de perto e com preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia do Coronavírus COVID-19.

Com o encerramento das valências da creche, pré-escolar, centro de dia e de centro de convívio em 16/03/20 e sem previsão de data de abertura, espera-se uma quebra abrupta nas receitas que lhe estão associadas.

De igual forma, se perspetiva que aumentem os gastos relacionados com a prevenção e proteção dos nossos utentes e colaboradores a esta doença.

Assim que seja possível, com as devidas condições de segurança, todas as valências regressarem à normalidade, pretendemos dar continuidade às operações, de forma que os compromissos assumidos e os que se possam vir a ser assumidos estejam garantidos.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção em 25 de Março de 2020.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	57 081,78 €	52 554,49 €
Outros Devedores	7 605,98 €	7 618,92 €
Total	64 687,76 €	60 173,41 €

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	8 265,18 €	3 457,16 €
Outros gastos a reconhecer	1 105,06 €	3 247,46 €
Total	9 370,24 €	6 704,62 €
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		151,25
Total	0,00	151,25

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	263,41 €	536,32 €
Depósitos à ordem	69 375,29 €	84 760,40 €
Depósitos a prazo	97 500,00 €	217 500,00 €
Total	167 138,70 €	302 796,72 €

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	255 980,57 €	56 309,74 €		312 290,31 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 685 090,80 €	36 000,00 €	137 714,97 €	1 583 375,83 €
Total	1 941 071,37 €	92 309,74 €	137 714,97 €	1 895 666,14 €

O acréscimo verificado em “resultados transitados” respeita à aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, conforme deliberado pela Direção.

As variações em “outras variações nos fundos patrimoniais” referem-se, respetivamente, ao subsídio concedido pela Câmara municipal de Matosinhos (ver nota 8) e a imputação dos subsídios ao investimento, recebidos em anos anteriores, em conformidade com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associadas, reconhecidas no exercício (ver nota 12.11)



12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	41 235,66 €	84 364,56 €
Total	41 235,66 €	84 364,56 €

12.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,01 €	9,23 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 026,35 €	29 002,98 €
Total	9 026,36 €	29 012,21 €
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 027,00 €	41 374,01 €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4 865,50 €	5 525,60 €
Segurança Social	20 782,37 €	20 708,74 €
Total	34 674,87 €	67 608,35 €

Os montantes de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referem-se às retenções na fonte sobre juros de depósitos bancários.

12.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras operações		3,67 €		6,00 €
Fornecedores de Investimentos		46 116,65 €		18 809,44 €
Credores por acréscimo de gastos		140 693,16 €		142 348,15 €
Outros credores		5 497,14 €		6 050,15 €
Total	0,00 €	192 310,62 €	0,00 €	167 213,74 €

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita, genericamente, a férias, subsídio de férias e encargos a pagar ao pessoal, referentes ao ano de 2019 e com vencimento a 01 de Janeiro de 2020.

12.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	641 422,73 €	637 444,90 €
Subsídios de outras entidades	18 978,40 €	44 235,52 €
Total	660 401,13 €	681 680,42 €

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	333 421,25 €	307 673,02 €
Serviços especializados	78 162,46 €	78 758,84 €
Materiais	31 922,21 €	31 784,81 €
Energia e fluidos	61 423,29 €	60 616,81 €
Deslocações, estadas e transportes	592,80 €	429,20 €
Serviços diversos	86 011,11 €	72 694,37 €
Encargos com utentes	1 676,33 €	3 550,64 €
Total	593 209,45 €	555 507,69 €



12.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	43 724,78 €	47 939,27 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 702,51 €	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	145 820,33 €	201 611,58 €
Total	191 247,62 €	249 550,85 €

O saldo da rubrica "outros rendimentos e ganhos" inclui o montante de 137.714,97€ relativo à imputação do subsídio ao investimento, de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associados (ver nota 3.3)

12.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	587,21 €	58,72 €
Perdas em inventários		
Outros Gastos e Perdas	36 601,59 €	20 363,18 €
Total	37 188,80 €	20 421,90 €

12.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	5 682,07 €	7 081,32 €
Multas e penalidades		
Outros gastos e perdas de financiamento	0,55 €	0,61 €
Total	5 682,62 €	7 081,93 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 129,26 €	3 023,24 €
Total	1 129,26 €	3 023,24 €
Resultados Financeiros	-4 553,36 €	-4 058,69 €

PERAFITA, 25 de Março de 2020

O Contabilista Certificado

Flávia José Gomes Soares

A Direção

Refeição Anterior de José Soares
Refeição José Soares Pinto
José Soares Pinto
José Soares Pinto

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 503553573
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 059 178,07	2 169 765,37
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		12 814,65	9 333,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 071 992,72	2 179 098,93
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		9 026,36	29 012,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		9 370,24	6 704,62
Outros ativos correntes		64 687,76	60 173,41
Caixa e depósitos bancários		167 138,70	302 796,72
		250 223,06	398 686,96
		2 322 215,78	2 577 785,89
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		312 290,31	255 980,57
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 583 375,83	1 685 090,80
		1 895 666,14	1 941 071,37
Resultado líquido do período		-44 892,73	56 309,74
Total dos fundos patrimoniais		1 850 773,41	1 997 381,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		188 524,54	206 227,72
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		188 524,54	206 227,72
Passivo corrente			
Fornecedores		41 235,66	84 364,56
Estado e outros entes públicos		34 674,87	67 608,35
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		14 696,68	54 839,16
Rendimentos a reconhecer		0,00	151,25
Outros passivos correntes		192 310,62	167 213,74
		282 917,83	374 177,06
		471 442,37	580 404,78
Total do passivo		2 322 215,78	2 577 785,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

A Direcção

O responsável

Repre António de Sousa Soares
Assent José de Sá
2020-01-05

Assent José Gomes Soares

Assent

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		1.048.286,79	1.021.841,05
Subsídios, doações e legados à exploração		660.401,13	681.680,42
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons		12.508,86	13.507,49
Fornecimentos e serviços externos		593.209,45	555.507,69
Gastos com o pessoal		1.098.927,94	1.037.926,89
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		191.247,62	249.550,85
Outros gastos e perdas		37.188,80	20.421,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		158.100,49	325.708,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		198.439,86	265.339,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-40.339,37	60.368,43
Juros e rendimentos similares obtidos		1.129,26	3.023,24
Juros e gastos similares suportados		5.682,62	7.081,93
Resultados antes de impostos		-44.892,73	56.309,74
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-44.892,73	56.309,74

Pe. José Antônio de Sousa Barros
 Padre José Antônio de Sousa Barros
 2 - 11 - 11 - 5

Para José Gomes Soares

João Carlos



Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Índice

1. Identificação da Entidade	2
2. Síntese	2
3. Volume de negócios	3
4. Utentes	4
5. Eventos e atividades.....	5
6. Situação Contributiva	5
7. Pessoal.....	5
8. Investimentos	6
9. Financiamento	7
10. Gastos	8
11. Rendimentos	11
12. Resultados.....	13
13. Perspetivas para 2020	13
14. Agradecimentos	14



Handwritten signature and initials in blue ink.

1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro Padre Ângelo tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possui as seguintes respostas sociais:

Creche, Pré-escolar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI).

2. Síntese

Desde o lançamento da primeira pedra em 15/01/84 até ao presente passamos por várias etapas e desafios que nos fizeram crescer, aprender e melhorar.

A nossa missão é “*estar consigo ao longo de toda a vida*”, e por isso procuramos ser uma Instituição de referência apostando no profissionalismo, na exigência e no rigor a que nos propomos.

Com o objetivo de proporcionar melhores condições às crianças e aos idosos que nos são confiados, procuramos uma melhoria contínua dos nossos serviços. Assim, no ano de 2019, foram feitos investimentos nos edifícios, em equipamento básico, em equipamento administrativo e noutros equipamentos.

O resultado líquido de 2019 reflete um ano de investimento, de gastos em conservação e manutenção, de aumento da retribuição mínima mensal garantida e atualização de tabelas salariais.



Handwritten signature and initials in blue ink.

3. Volume de negócios

Em 2019, o volume de negócios apresentou um ligeiro aumento na ordem dos 2,6%. Esta percentagem justifica-se pelo fato de se ter verificado uma ligeira redução na média anual de utentes, conforme referido na Nota 4. As valências que registaram as maiores subidas, foram as Creches, enquanto que a valência do Pré-escolar e do Centro de Convívio registaram a maior descida.

Detalhe:

Área	2019	2018	Variação
Infância			
Creche I	70 177,53 €	64 316,50 €	9,11%
Creche II	43 925,20 €	37 725,75 €	16,43%
Pré-escolar	103 395,70 €	113 998,20 €	-9,30%
Subtotal	217 498,43 €	216 040,45 €	
Sénior			
Centro de dia	59 701,38 €	59 849,01 €	-0,25%
Centro de Convívio	3 387,00 €	3 706,00 €	-8,61%
ERPI	767 699,98 €	742 245,59 €	3,43%
Subtotal	830 788,36 €	805 800,60 €	
Total	1 048 286,79 €	1 021 841,05 €	2,59%



Handwritten signature and initials in the top right corner.

4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3ª idade. A média anual de utentes foi de 231, uma diminuição de 8% comparativamente a 2018 em que a média se cifrava em 251. Para estes 231 utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
<u>Infância</u>			
Creche I	32	35	41
Creche II	21	28	35
Pré-escolar	67	75	75
<i>Subtotal</i>	<i>120</i>	<i>138</i>	<i>151</i>
<u>Sénior</u>			
Centro de dia	33	30	60
Centro de Convívio	18	20	20
ERPI	60	30	60
<i>Subtotal</i>	<i>111</i>	<i>80</i>	<i>140</i>
Total	231	218	291



AB
J. Amel
5

5. Eventos e atividades

No decorrer do ano de 2019, cada uma das áreas (infância e sénior) organizou e cumpriu com o vasto calendário de atividades a que se propôs.

É relevante referir que desde o ano de 2015, que a Instituição organiza e realiza um Congresso Nacional.

Os temas escolhidos, apresentados e debatidos, têm sido sempre diretamente ligados à nossa área de negócio.

Ano	Tema
2015	Qualidade de vida do idoso institucionalizado
2016	Qualidade de vida: Da infância à 3ª idade
2017	Educar hoje - coração ou razão
2019	Voz aos cuidadores

À semelhança dos anteriormente organizados, o Congresso realizado este ano, revelou-se muito gratificante, nos conhecimentos transmitidos e apreendidos, na partilha de experiências, na divulgação do Centro Padre Ângelo e na motivação dos colaboradores que nele participaram.

6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

7. Pessoal

O Centro Padre Ângelo teve em média, durante o ano, 71 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal.

Para além desses, estiveram treze pessoas integradas em programas subsidiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Deste total, doze pessoas estiveram ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção, e uma ao abrigo da medida Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto.

A bolsa ocupacional da medida CEI é comparticipada pelo IEFP em 50%. O subsídio de transporte, a alimentação e o seguro são encargo da Instituição.

Quanto à medida EAEE, a comparticipação do IEFP é de 70% sobre o vencimento e respetivos encargos.



[Handwritten signature and initials]

Além dos 73 colaboradores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

Alimentação;
Limpeza;
Lavandaria;
Medicina;
Enfermagem;
Fisioterapia;
Podologia;
Nutrição;
Advocacia;
Consultoria financeira.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 22 postos de trabalho.

8. Investimentos

Durante o ano de 2019, o montante de investimentos feito foi de 87.852,56€.

Rubrica	Montante
Edifícios e Outras Construções	64 446,76 €
Equipamento básico	3 844,74 €
Equipamento administrativo	2 325,04 €
Outros ativos fixos tangíveis	17 236,02 €
Total	87 852,56 €

Edifícios e Outras construções

A Instituição construiu quartos de banho de apoio à sala Padre Luís Mateus e foram colocados estores em toda a sala.

Compraram-se termoacumuladores e um sistema dissuasor de pássaros.

Equipamento básico

Foram apetrechados alguns quartos de utentes da ERPI, com sistemas de elevadores de cama, mesas de comer no leito e poltronas elevatórias.



[Handwritten signature and initials]

Equipamento administrativo

Foi adquirido um computador e instalado ar condicionado no gabinete da Direção Técnica da área da infância.

Outros ativos tangíveis

Foi comprada uma máquina de lavar o chão e equipamentos para a sala Padre Luís Mateus (biombos, cadeiras e equipamento de som).

9. Financiamento

Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram à data do encerramento do exercício de 2019, o montante de 296.778,78€. Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados no ano de 2016, a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente.

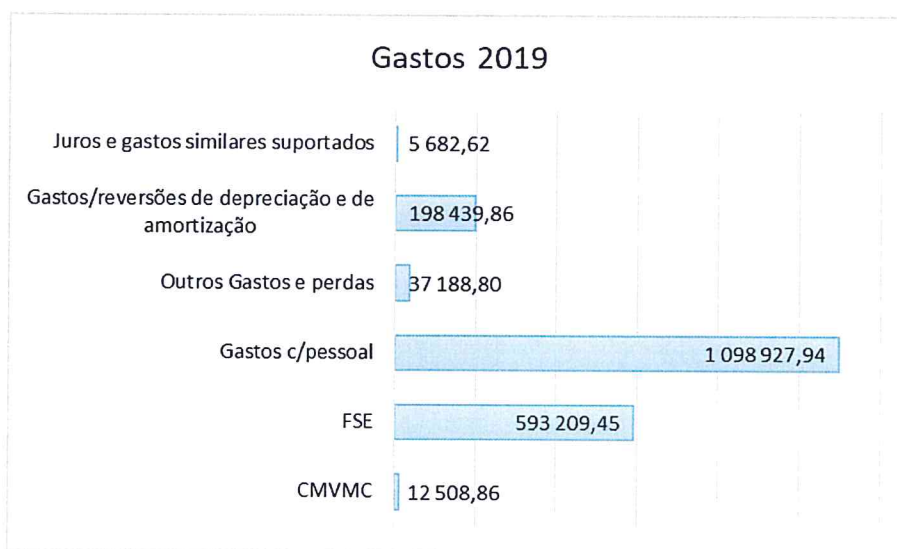
Durante o ano de 2019, a Instituição cumpriu com o plano financeiro de empréstimo contratualizado com a Instituição bancária.



[Handwritten signature]

10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 1.945.957,53€ representando um acréscimo residual de 2,4% face a 2018.



No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, importa referir:

A rubrica de Outros Gastos e Perdas representa o maior acréscimo, 82,1%. Este aumento é justificado pelo reconhecimento do gasto respeitante à devolução de participações ao Instituto da Segurança Social.

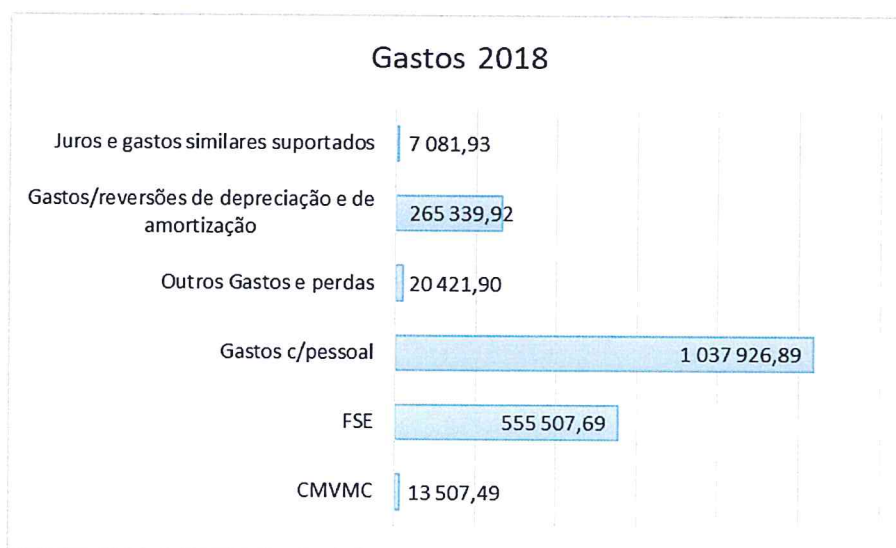
A rubrica de gastos com pessoal representa um aumento de 5,9% resultante da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2019, bem como da atualização das tabelas salariais.

Importa ainda referir que foi feita uma gratificação ao pessoal no montante de 7.150,00€. Esta atribuição, teve por base o processo de avaliação de desempenho iniciado pelo Centro Padre Ângelo em 2017.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Em contrapartida a rubrica de gastos/reversões de depreciações registou um decréscimo de cerca de 25,2%. Esta redução, resultou da revisão da taxa de amortização dos edifícios em função do alargamento do direito de superfície concedido pela Fábrica da Igreja de São Mamede de Perafita.





[Handwritten signature]

À data de 31 dezembro de 2019, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

Categoria	Quantidade
Ajudante de Ação Direta	27
Ajudante de Ação Educativa	14
Ajudante de cozinha	4
Animadora Sócio-Cultural	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	2
Diretora Técnica área Infância	1
Diretora Técnica área Sénior	2
Educador de infância	5
Escriturário	4
Gestor de Informática e Comunicação	1
Psicólogo	2
Responsável Serv. Logística	1
Trab. Serviços Gerais	6
Total	71



[Handwritten signature and initials]

No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

Conta	Valor	%
Subcontratos	333 421,25 €	56,21%
Serviços especializados	78 162,46 €	13,18%
Materiais	31 922,21 €	5,38%
Energia e Fluídos	61 423,29 €	10,35%
Deslocações, estadas e transportes	592,80 €	0,10%
Serviços diversos	86 011,11 €	14,50%
Encargos com utentes	1 676,33 €	0,28%
Total	593 209,45 €	100,00%

À semelhança do exercício anterior, as rubricas de subcontratos, serviços diversos e serviços especializados, continuam a representar os maiores pesos percentuais, no total da rubrica de FSE.

A rubrica de subcontratos, engloba os serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina/enfermagem, manutenção e auxiliares de ação direta.

De referir que 32,2% da rubrica de serviços diversos, se refere a gastos de conservação e reparação.

O funcionamento da valência da ERPI, durante 24 horas/dia, 365 dias/ano, traduz-se numa utilização exaustiva dos equipamentos e dos espaços. Este desgaste, leva a que as necessidades de conservação e de reparação sejam uma constante preocupação e gasto.

11. Rendimentos

Da análise aos rendimentos de 2019, verifica-se que as rubricas com as variações mais significativas, negativas, foram as de juros e rendimentos similares obtidos, com uma variação de 62,6%, bem como a de outros rendimentos e ganhos, com 23,3%. O decréscimo nesta última rubrica, deveu-se à redução do montante do subsídio ao investimento registado de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associadas.



[Handwritten signature]

Rendimentos 2019

Juros e rendimentos similares obtidos	1 129,26
Outros rendimentos e ganhos	191 247,62
Subsídios, doações e legados à exploração	660 401,13
Vendas e serviços prestados	1 048 286,79

Rendimentos 2018

Juros e rendimentos similares obtidos	3 023,24
Outros rendimentos e ganhos	249 550,85
Subsídios, doações e legados à exploração	681 680,42
Vendas e serviços prestados	1 021 841,05



Handwritten signature and initials in blue ink.

12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2019 foi negativo no montante de 44.892,73€ (Quarenta quatro mil oitocentos noventa dois euros e setenta e três cêntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

13. Perspetivas para 2020

A Direção está a acompanhar de perto e com preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia do Coronavírus COVID-19.

Com o encerramento das valências da creche, pré-escolar, centro de dia e de centro de convívio em 16/03/20 e sem previsão de data de abertura, espera-se uma quebra abrupta nas receitas que lhe estão associadas.

De igual forma, se perspetiva que aumentem os gastos relacionados com a prevenção e proteção dos nossos utentes e colaboradores a esta doença.

Assim que seja possível, com as devidas condições de segurança, todas as valências regressarem à normalidade, pretendemos dar continuidade às operações, de forma que os compromissos assumidos e os que se possam vir a ser assumidos estejam garantidos.

Será de realçar o pedido de alargamento da ERPI feito ao Instituto da Segurança Social, cujo parecer técnico foi positivo, estando apenas a aguardar o fecho a nível nacional do programa POPH, pois no âmbito deste programa o n/processo individual está concluído/encerrado.

Ao longo do ano, deverão ser concretizados os seguintes investimentos:

- Instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia com consequente redução da fatura energética atual;



14. Agradecimentos

Aos nossos Utentes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Ao Conselho Fiscal, pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração durante o ano.

Aos nossos Fornecedores e outros Parceiros, pela confiança demonstrada ao longo do ano.

Aos nossos Colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 25 de Março de 2020

A DIREÇÃO

Presidente – Sr. Padre José António de Sousa Barros

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Dr. José Luís Cortês da Cunha Leão

Tesoureiro – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa